

Pactu

CUT Brasil

CNB Brasil

fetec/PR

ANO VII - Nº 75
Julho 2003

Jornal destinado aos trabalhadores em bancos, produzido e custeado pelos sindicatos dos bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava

BB e Caixa

Encontros estaduais elegeram delegados e temas para os Congressos

PÁGINA 2

SAÚDE HSBC

Boicote ao Sul América pode atingir o Paraná

PÁGINA 3

NEPOTISMO

Em Umuarama, 12 vereadores aprovam regalias

PÁGINA 6

SAÚDE PÚBLICA

Poderia ser bem melhor

PÁGINA 8

Congresso da CNB-CUT apontou novos caminhos



Os problemas da categoria bancária e as reformas estruturais em andamento dominaram os debates durante os quatro dias. O Pactu participou.

Páginas 4 e 5

CAMPANHA SALARIAL

Bancários querem reajuste de 21,58%. Para o BB e a Caixa o índice é de 23,90%

PÁGINA 3



Adilson Stusata, presidente da Fetec-PR, fala durante a Conferência Nacional que definiu o índice de reajuste

BB: Encontro debateu temas para o Congresso Nacional

No último dia 5 de julho aconteceu o Encontro Estadual dos Funcionários do Banco do Brasil. Promovido pela Fetec (Federação dos Bancários da CUT do Paraná), o evento debateu assuntos que serão levados ao XIV Congresso Nacional dos Funcionários do BB, marcado para acontecer nos dias 25, 26 e 27 de julho, em São Paulo. Dos 60 delegados presentes ao Encontro Estadual, 12 vão representar o Paraná no Congresso. O Gerente Executivo de Relações Trabalhistas, Joel Bueno, palestrou sobre a herança recebida da diretoria anterior, destacando a perspectiva positiva para a negociação da PLR deste semestre e o respeito às entidades sindi-

cais que estarão negociando o acordo coletivo. Roosevelt Rui dos Santos, Gerente de Equipe da Diretoria Administrativa da PREVI, também esteve presente e discursou sobre a situação da caixa de previdência dos funcionários. Ele debateu, principalmente com os aposentados presentes, a possibilidade de ser instituída uma cesta de índices para correção dos benefícios.

O Encontro contou ainda com a participação do deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR). O parlamentar fez uma exposição sobre a conjuntura do país e defendeu a proposta de Reforma da Previdência encaminhada pelo governo Lula. Já o diretor-superintendente da Cassi, Sérgio Dutra

Vianna, falou aos delegados sobre a situação atual e destacou a implantação do novo modelo de assistência à saúde, que deverá ser implantado gradativamente nas principais cidades do país. O Pactu teve nove representantes, sendo que Toledo teve a maior delegação: seis no total, Umuarama dois e um de Paranavaí. Paulino Alves de Almeida (Umuarama), Osmar Moreira (Paranavaí) e Tatiana Barbosa (Toledo) foram eleitos delegados do Pactu ao Congresso Nacional.

Conferência debateu reformas e campanha salarial



Delegados do Pactu participando da Conferência Estadual

As reformas da Previdência e Tributária, os aspectos econômicos da atual conjuntura e a campanha salarial dos bancários foram os temas que dominaram a Conferência Estadual da Campanha Salarial promovida pela Fetec-PR, no último dia 4 de julho, em Curitiba.

O evento teve participação de aproximadamente 50 bancários, de várias regiões do Estado. Os participantes

destacaram a preocupação com as reformas previdenciária e tributária, ambas em andamento no Congresso Nacional, no que diz respeito às mudanças que atingirão os trabalhadores. Mas creditaram confiança no governo Lula. Em relação à campanha salarial, a Conferência levantou várias questões, como a necessidade de realizar uma campanha mais dinâmica, buscar maior mobilização da categoria, lutar pela campanha

unificada, bem como fortalecer as mesas temáticas, principalmente em relação às de saúde e de condições de trabalho. Esses temas também foram levados à Conferência Nacional, realizada em São Paulo.

Na oportunidade, também foram eleitos os representantes das Comissões de Empresas e Mesas Temáticas, que terão a responsabilidade de encaminhar os trabalhos referentes à área de atuação durante a campanha salarial deste ano. O Pactu é representado pela diretora Sônia Yamada Mauro, do Seeb Campo Mourão e membro da Comissão de Organização dos Empregados do Pactu presentes à Conferência foram Neil Emídio Júnior (Paranavaí), Wilson de Souza, Edilson José Gabriel, Juraci Batista de Araújo e Paulino Alves de Almeida (Umuarama), Nivaldo Simoni (Campo Mourão), João Carlos (Toledo) e Alcione Cristiano Macedo e Denilson Antonio Ferreira (Guarapuava).

PACTU

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactingá
CONSELHO EDITORIAL

Paranavaí:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402
E-mail: seebpvai@ibest.com.br

Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

Toledo:

Lucia B. Vogt/Fone (45) 252-1851
E-mail: sbtr@uol.com.br

Umuarama/Assis

Chateaubriand:
Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979
E-mail: seebumu@uol.com.br

Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371
E-mail: seebgpva@brturbo.com.br

Jornalista: Joel Guedes

Tragem: 2.900 exemplares

Caixa

Encontro elegeu delegados ao Conecef

O Paraná será representado por 22 delegados no XIX Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal). Eles foram eleitos durante Encontro Estadual que aconteceu no último dia 5 de julho, em Curitiba.

O encontro, que teve a presença do deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR), serviu também para uma análise da conjuntura econômica e política, bem como para debater pers-

pectivas dos bancos públicos no atual governo. Durante o evento, o Diretor de Controladoria da Funcef, Carlos Caser, abordou a atual situação financeira da entidade e o futuro dos planos de benefício.

Os delegados presentes ao encontro também ratificaram a proposta de realizar uma campanha salarial unificada este ano. Debateram ainda saúde e segurança, previdência privada e complementar e negociações permanentes. O Pactu enviou 14 representan-

tes, sendo 7 de Toledo, 3 de Umuarama, 2 de Guarapuava e 2 de Paranavaí.

Os delegados do Pactu eleitos ao Conecef foram: Carlos Sérgio Annes e João Cordeiro dos Santos (Guarapuava), Antonio Carlos Solinski (Paranavaí), Tânia Eliane Ritter (Palotina/Toledo), Zelário Bremm e Domingos João Galeazzi (Toledo), e Maria Regina Cardozo Rosella e Marcelo Montanha da Silva (Umuarama).

Bancários querem 21,58% de reajuste

Os bancários aprovaram durante a V Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro o índice de 21,58% de reajuste a ser reivindicado à Fenaban. O número é composto por 16,43%, referente ao ICV calculado pelo Dieese de setembro de 2002 a agosto de 2003, mais 0,42% de resíduo do acordo do ano passado e 3,99% a título de produtividade. O ICV contém previsão inflacionária de 0,80% para julho e 0,20% para agosto. Para o Banco do Brasil e a Caixa, o índice é de 23,90%, também composto por 16,43% do ICV, 2,33% de resíduo e 3,99% de produtividade. Este índice foi definido para unificar todos os setores na mesa única de negociações. Os resíduos anteriores serão discutidos nos encontros específicos destes bancos. Os sindicatos do Pactu foram representados pelos delegados Wilson de Souza (Umuarama), Nivaldo Simoní (Campo Mourão), Argemiro Minati (Toledo) e Nilton Borges de Carvalho (Paranavaí).



A conferência definiu índices de reajuste e estratégias de mobilização na campanha salarial deste ano

PLR - Em relação à Participação nos Lucros e Resultados, os bancários aprovaram a reivindicação dos anos anteriores de 25% do lucro líquido dos bancos.

MESA ÚNICA

A Conferência aprovou a estratégia de unificação das mesas de negociação como um dos pilares desta campanha, devendo-se garantir a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho em todos os bancos indistintamente.

DEMISSÕES NO HSBC

Reunião não traz avanços

A Comissão de Empresa do HSBC não se convenceu com o argumento apresentado pelo banco, para justificar o grande número de demissões ocorridas em todo o país. O banco tentou convencer que o processo demissional decorre do desempenho do funcionário e que os demitidos com bom desenvolvimento são reavaliados pela empresa. Disse ainda que, em alguns casos de demissão de lesionados, poderá rever a decisão e suspender a demissão. Os representantes dos trabalhadores do HSBC discordam dos motivos apresentados pelo banco, já que o índice de demissão está muito elevado, principalmente em relação aos bancários lesionados.

Sobre a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), também não houve avanço. O HSBC não vem emitindo CAT e justifica que existem casos em que o funcionário não apresenta queixas enquanto trabalha. A Comissão dos Empregados discorda, lembrando que os procedimentos relativos à homologação e a emissão da CAT são feitos a partir de infor-

mações prestadas pelos bancários e comprovadas pelos médicos, mas há denúncias de que médicos estariam atuando em favor da instituição.

Na última reunião com o HSBC, a Comissão de Empresa também debateu sobre as terapias complementares. Relatou os problemas decorrentes da saúde mental, tendo em vista o aumento do quadro nos últimos tempos e que os ban-

cários encontram-se completamente desamparados, sendo obrigados a arcar com os custos das terapias complementares. O atual plano não cobre o tratamento psicológico e o banco se comprometeu a rever a questão. Na análise da Comissão de Empresa, mais uma vez não houve avanço porque o banco enrolou, deixou tudo no campo da promessa e até agora não resolveu nenhum problema apresentado na reunião.

Saúde HSBC

O Sindicato dos Médicos do Paraná decidiu não indicar, por enquanto, a paralisação do atendimento pelo plano de saúde da Sul América no Estado. A seguradora é a nova responsável pelo plano de saúde dos funcionários do HSBC. No Rio de Janeiro o atendimento está suspenso há um mês. O Conselho Regional de Medicina daquele Estado, alega que o plano é o que mais prejudica os médicos em função dos valores praticados. Além disso, o hábito da Seguradora, de exigir diagnóstico de paciente através de seus funcionários, é procedimento ilegal, anti-ético e já provocou denúncia do CREMERJ ao Ministério Público Federal. No Rio, a paralisação não tem prazo para terminar. O vice-presidente interno do Sindicato dos Médicos do Paraná, Dr. Murilo Rubens Schaefer, avisou que se o movimento persistir, a tendência é que ocorra o boicote em todo o país. Os funcionários do HSBC no Brasil estão utilizando o plano de saúde da Sul América desde o dia 1º de junho, devido a aquisição da carteira de saúde do banco inglês pela seguradora. Entre titulares e dependentes, aproximadamente 55 mil segurados do banco inglês estão contemplados pela Sul América.

Fetec lança publicação valorizando os sindicatos

Até o final de julho deverá estar circulando um informativo, produzido pela Fetec-PR, que vai contar a história e resgatar as lutas da categoria bancária paranaense. A iniciativa da Federação, aprovada nos seminários regionais realizados este ano, tem como objetivo principal valorizar o trabalho desenvolvido ao longo de décadas pelo movimento sindical bancário no Estado. Ao mesmo tempo pretende motivar novas filiações, principalmente daqueles bancários mais novos.

Nas últimas semanas, a Fetec-PR juntou o material necessário para produzir o informativo, que divulgará fotos fornecidas pelos sindicatos filiados e que mostram desde a estrutura física até grandes mobilizações que marcaram época no movimento sindical bancário no Paraná. A divulgação é oportuna neste momento, em que os sindicatos do Pactu vêm intensificando o trabalho de sindicalização de novos bancários em suas respectivas bases. Em Umuarama, por exemplo, a direção do Seeb está iniciando uma campanha de filiação sem prazo para terminar e que vai atingir toda a base territorial do sindicato. O Seeb Paranavaí está fazendo o mesmo e pretende, inclusive, realizar um ranking semanal para acompanhar a evolução no número de filiações. O Seeb Campo Mourão desenvolve um trabalho permanente de filiação. Já os Seeb de Toledo e Guarapuava estão procurando conscientizar principalmente os funcionários do Banco do Brasil, onde o índice de sindicalização é menor em relação aos demais bancos.

Congresso da CNB debateu os problemas dos bancários

Um total de 320 delegados participaram do 4º Congresso da Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT), de 9 a 12 de julho, em São Paulo. Na abertura, o presidente da CNB, Vagner Freitas, ressaltou a importância do Congresso para os bancários e destacou os problemas da categoria, debatidos durante o encontro.

A terceirização foi apontada como um dos principais problemas a serem combatidos. Existem hoje cerca de 400 mil bancários no Brasil e o mesmo número de terceirizados. A CNB vai lutar para que todos os terceirizados sejam incorporados como bancários, com todos os direitos que a categoria conquistou.

Outra luta que a CNB deve encampar é pela mesa única de negociação. Segundo Vagner Freitas, não tem sentido uma convenção coletiva para os bancários dos bancos privados, negociada com a Fenaban, e outros acordos paralelos para os empregados dos bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Basa e BNB). Este também foi um dos assuntos em pauta no Congresso.



Terceirização, reformas da Previdência e Sindical foram os temas mais discutidos entre os 320 delegados presentes ao 4º Congresso

NOVOS RUMOS

Divididos em quatro temas principais, o Congresso definiu a linha de atuação da CNB nos próximos três anos, período do mandato da diretoria eleita e empossada durante o evento. Para chegar a este objetivo, os debates foram divididos em: reivindicações e plano de ação da categoria bancária, reformas política e sindical, organização e ação sindical internacional. O quarto tema uniu sindicatos e agenda social e reforma estatutária da CNB. Além disso, dia 11, à tarde, os delegados presentes ao Congresso definiram como a categoria bancária irá aprofundar o debate e promover a mobilização dos trabalhadores para a campanha salarial deste ano. O evento ganhou importância ainda maior por ser o primeiro realizado com o Brasil comandado por um presidente saído da classe trabalhadora. Antes de entregar o cargo de presidente da CNB, Vagner Freitas avaliou que "ter um presidente operário aumenta a responsabilidade de debater com profundidade questões importantes como as reformas previdenciária e trabalhista, sempre mantendo os interesses dos trabalhadores acima de tudo". Já a importância dos ministros Ricardo Berzoini e Jaques Wagner estarem participando do evento.

PARTICIPAÇÃO

O Congresso contou com presença de diversas personalidades políticas e sindicais do país, entre eles o presidente da CUT, Luiz Marinho, o ex-presidente João Felício, o secretário geral da UNI, Philip Jennings, e a representante no Brasil da central sindical norte-americana AFL-CIO, Carolyn Kazdien, os ministros Ricardo Berzoini, da Previdência, e Jaques Wagner, do Trabalho, o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoino, além de representantes de entidades sindicais brasileiras, europeias e latino-americanas e dezenas de sindicalistas internacionais.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Jailton Garcia/CNB

O condicionamento e reflexos do sistema financeiro internacional e as regras do livre comércio para a definição de modelos de desenvolvimento nacional formaram os temas do último seminário do Congresso da CNB.



Um dos principais temas discutidos foi o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS ou GATS em inglês), proposto pela OMC. A diretora da CNB/CUT, Deise Recoaro (foto), explicou que os conferencistas acreditam que o acordo é prejudicial para os países subdesenvolvidos.

Ela detalhou que o GATS prevê a comercialização de produtos entre as nações, sem que a empresa tenha uma sede ou representação no país. "É o caso, por exemplo, de produtos como os cartões de crédito. As empresas multinacionais poderão vender o produto no Brasil, sem gerar renda ou benefícios para o país", comentou. O secretário geral da UNI, Philip Jennings, que participou do seminário, disse que o modelo proposto pela OMC é insustentável, pois toda movimentação financeira é virtual. Outro conferencista, o representante do Brasil na central sindical mundial CIOLS, José Olívio de Miranda, destacou a importância da solidariedade da classe trabalhadora brasileira para com os trabalhadores dos países que estão em pior situação, com intuito de fortalecer o movimento sindical destes países. Ele lembrou que, quando a CUT foi fundada, recebeu o apoio de entidades de classe de países europeus.

Berzoini detalha reforma da Previdência

Enquanto em Brasília, tanto o Governo quanto o Congresso tentavam acertar as emendas à PEC 40, em São Paulo o ministro Ricardo Berzoini esclareceu as dúvidas de dirigentes sindicais de todo o país, sobre a reforma da Previdência, no 4º Congresso Nacional da CNB.

Berzoini assegurou que não haverá por parte do governo flexibilização de objetivos quanto ao texto original. Disse que o governo vai agregar propostas, o que não significa alterar o projeto original. Os acréscimos ao texto original dão trabalho a Comissão Especial da Câmara. Sete partidos, além do PT, propuseram 457 emendas. As mudanças, conforme anunciadas pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu, devem obedecer aos critérios de viabilidade

financeira, apoio dos governadores e respeito à essência da proposta original.

Quanto ao repasse de verbas do Regime Geral da Previdência Social para os trabalhadores rurais e para pagamento da dívida interna e externa disse que não há mal em repassar esses subsídios e em cumprir os contratos assumidos pelo governo, antes mesmo da posse.

Berzoini elencou uma série de medidas de combate à sonegação implementadas pelo governo Lula como a publicação da lista dos maiores devedores do INSS e a cobrança da devida utilização da filantropia nas entidades que se destinam a esse fim, com a cassação dos diplomas.

Berzoini reiterou que os trabalhadores celetistas (da iniciativa privada, onde os

bancários estão incluídos) não serão atingidos pela proposta de reforma atual, porque já foram atingidos pela reforma implementada em 1998 por FHC.



BERZOINI: "A reforma será a melhor possível, sem prejuízo aos trabalhadores"

CUT quer "reformular a reforma"

O presidente da CUT, Luiz Marinho, participou do Congresso da CNB, na quarta-feira à noite. Ele contou aos bancários os embates que teve com parlamentares sobre a reforma da Previdência. Afirmou que a CUT está empenhada em "reformular a reforma" e que, para a CUT, apesar das divergências com a proposta do governo, é importante para o Brasil ter um ex-sindicalista na Presidência. Mas reforçou a decisão da CUT de independência frente ao governo Lula. "A CUT tem que continuar defendendo as suas posições", avisou Marinho.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Além do plano de ação em defesa dos direitos da categoria bancária nos próximos anos, estão entre as resoluções do 4º Congresso da CNB-CUT várias propostas para as reformas política, sindical, tributária, previdenciária e do sistema financeiro nacional. Em todas elas, leva em conta a defesa dos direitos dos trabalhadores, garantia de democratização do Estado e controle social das políticas públicas, com preservação e ampliação do mercado de trabalho.

Para a reforma tributária e fiscal, foram aprovadas oito propostas. As principais são: progressividade na cobrança de impostos, combate à sonegação fiscal e a desoneração do setor produtivo nacional. Já na reforma da Previdência, o Congresso propôs imediata abertura de discussões entre o governo, o movimento sindical e outras organizações sociais do país. A proposta ainda trata sobre teto, previdência complementar, idade mínima, alíquotas sobre aposentadorias e pensões, aposentadoria especial, fundos de pensão, proteção para aposentadorias do INSS, entre outros pontos.

E, na reforma do sistema financeiro, a CNB reafirmou sua posição contrária a independência e à autonomia do Banco Central. Também defende: instrumentos eficazes de controle democrático da sociedade sobre o sistema financeiro; incluir como missão do BC a adoção de políticas para gerar emprego e desenvolvimento econômico, além de zelar pela estabilidade da moeda; criação de Lei Anual de Diretrizes do Sistema Financeiro; direcionamento de crédito e regulação dos juros para áreas prioritárias; defesa dos bancos públicos e de sua atuação econômica e social, com controle da sociedade, e, por fim, defesa de mecanismos que visem um atendimento bancário com qualidade, seguro e com tarifas justas. Para a CNB, só assim será efetivamente modificada a estrutura do sistema financeiro nacional, com perspectiva de crescimento econômico e distribuição de renda.

O futuro dos Fundos de Pensão

O debate sobre os Fundos de Pensão, no primeiro dia do Congresso da CNB/CUT, reuniu os presidentes da Petros (Fundo de Pensão dos trabalhadores da Petros), Wagner Pinheiro, ex-diretor da Fetec SP - e da Previ (Fundo de Pensão do Banco do Brasil), Sérgio Rosa (foto), ex-presidente da CNB. A grande preocupação dos debatedores foi mostrar a importância da participação dos trabalhadores nos Fundos de Pensão.



Wagner Pinheiro lembrou que os recursos dos fundos podem significar uma importante reserva para o trabalhador e uma alternativa de poupança interna para o país. Ele acredita que há uma certa desconfiança, com os fundos, em função do desconhecimento das pessoas. Aconselhou que é preciso avançar nessa discussão sobre uma previdência complementar, para que categorias como os bancários, possam ter e gerir o seu próprio investimento.

Já Sérgio Rosa ressaltou a importância do trabalhador pensar num investimento em Fundo de Pensão como uma forma de poupança. Para reforçar seu argumento, lembrou o caso dos pensionistas da Previ que recebem, na média, R\$ 3.500 mensais, o que representa, aproximadamente, 75% da sua renda mensal.

Temas debatidos

O Congresso da CNB/CUT priorizou a realização de trabalhos em grupos. Entre outros temas, foram debatidos:

(GRUPO 1) - Terceirização, definições e processo para a construção do sindicato por ramo de atividade, jornada de trabalho.

(GRUPO 2) - Plano de ação da categoria bancária, igualdade de oportunidades, segurança bancária, saúde e segurança no trabalho, novas demandas frente a reestruturação tecnológica, a organização dos jovens do ramo financeiro.

(GRUPO 3) - Reformas políticas e sindical, reforma da previdência e previdência complementar, reforma tributária, reforma da legislação trabalhista e modelo sindical, reforma do sistema financeiro brasileiro.

(GRUPO 4) - Organização e ação sindical internacional, definição de prioridades da política externa da CNB em relação aos processos de integração (ALCA, EU, Mercosul), ação e organização da CNB.

(GRUPO 5) - O sindicato e a agenda social/reforma estatutária da CNB, promoção social e geração de empregos e participação da categoria bancária no Programa Fome Zero, entre outros.

Boas ações sociais em 6 meses de governo

Algumas ações de grande importância social, que comprovam a diferença entre o governo atual e o anterior, têm passado despercebidas pela grande imprensa nacional. O Pactu, que assim como a CUT, defendeu o atual projeto de governo, se vê na obrigação de mostrar as falhas, mas de mostrar também os acertos. Nesse sentido, é digno de registro como boa notícia na área social, quatro importantes ações do governo Lula.

MERENDA ESCOLAR

No primeiro mês de governo, o presidente Lula aumentou em 116% o investimento em merenda escolar para os alunos da pré-escola. O gasto por aluno, que era de 6 centavos/dia, passou a ser de 13 centavos/dia, igualando-o ao valor do ensino fundamental. A diferença existia desde 1994 e vinha prejudicando milhões de crianças brasileiras. Essa iniciativa faz parte do Programa Fome Zero e representa uma injeção de R\$ 66 milhões a mais no orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

AGRICULTURA FAMILIAR

No mês passado, Lula aumentou em 26%, em relação ao último ano de FHC, os recursos destinados à agricultura familiar. Neste pacote, Lula quer que dê prioridade à produção de arroz, milho e feijão, garantindo preço justo a quem produzir esses alimentos. O pacote é de R\$ 33 bilhões. Para a agricultura familiar o valor destinado é de R\$ 5,4 bilhões - R\$ 1,2 bilhão a mais que no último ano de FHC e com juros de 4% ao ano. Pouca gente sabe, mas boa parte do arroz que se consome no Brasil é importado do Vietnã e da China.

MICRO CRÉDITO

Melhor do que a baixa de 0,5% na taxa Selic, foi Lula anunciar, também no mês de junho, um pacote para expandir o crédito, que já está em diminuição do compulsório, desde que os valores diminuídos sejam destinados ao microcrédito, com taxas definidas pelo governo. Além disso, o BB e a Caixa são obrigados a reduzir as taxas para alguns financiamentos, bem como ampliar seus recursos para a população de baixa renda.

MENOS FAVELAS

Ainda no mês de junho, Lula legalizou a 19ª área indígena no país em apenas cinco meses de governo. Isto dá condições aos índios de continuarem em terras nativas. Se avaliar o projeto de legalização de áreas indígenas e o da agricultura familiar, percebe-se que esse governo tenta diminuir o grande número de pessoas que vão para as cidades sem capacitação profissional para sobreviver. Essas medidas fazem com que essas pessoas melhorem sua condição de vida no campo e evitam o aumento de favelas nos centros urbanos. Se Lula der uma apressadinha na Reforma Agrária, outro grande problema social estará sendo diminuído.

18ª Romaria da Terra será em Guaira

Sob o tema "Bendita a água que gera a luta do povo por terra", a 18ª Romaria da Terra já tem data definida: será no dia 31 de agosto próximo, na cidade de Guaíra. Promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com apoio de entidades sindicais e de movimentos populares, a Romaria é realizada todos os anos. Coincidentemente, a primeira edição, há 18 anos, também foi realizada em Guaíra. A cidade de Guaíra está situada na fronteira com o Mato Grosso do Sul e com o Paraguai. A cidade não foi escolhida por acaso para sediar a romaria sobre a água. Guaíra sofreu muito com a destruição das Sete Quedas, na década de 80, para formação do Lago de Itaipu: a população diminuiu muito (a cidade conta hoje com 30 mil habitantes, mas chegou a ter 68 mil na década de 70), a economia se enfraqueceu com a perda dos turistas e, além disso, a indenização dada pela Usina de Itaipu é baixa e não garante o desenvolvimento do município. A maior parte das terras de Guaíra, que antes pertenciam a pequenos agricultores, hoje está nas mãos de grandes fazendeiros.

Por isso, nesta 18ª Romaria da Terra, os participantes estarão denunciando os projetos de destruição dos recursos naturais, onde o lucro está sempre acima da vida. Vale lembrar também que 2003 foi declarado pela ONU o ano internacional da água doce. Portanto, é um bom momento para ampliar a luta pela preservação das nascentes, córregos e rios e contra aqueles que querem transformar a água numa mercadoria em benefício de poucos.

A 18ª Romaria da Terra terá início às 8 horas da manhã. O encerramento será às 16h30. Os organizadores colocarão à disposição dosromeiros(as) banheiros, barraquinhas, alimentação, água e outros serviços essenciais.

É importante que as comunidades interessadas em participar inscrevam sua caravana com antecedência, junto à CPT, fone/fax (41) 224-7433, e-mail: cpt@softone.com.br ou site www.cpt.org.br.

Projeto facilita nepotismo na Câmara de Umuarama

Nas últimas semanas, o principal assunto das conversas nos bares, nas rodinhas de amigos, em alguns programas policiais do rádio e em toda a cidade não era outro senão a aprovação de um projeto polêmico na Câmara Municipal de Umuarama. Apesar da manifestação contrária de sindicatos de trabalhadores, partidos políticos e de vários movimentos populares locais, 12 dos 19 vereadores aprovaram um projeto que autoriza o Legislativo a contratar mais 20 assessores, sem necessidade de concurso público, sem qualquer qualificação técnica e pagos com dinheiro público.

A aprovação do projeto pode representar uma despesa de aproximadamente 300 mil reais por ano. É um valor altíssimo, se considerar que a cidade, hoje, tem carência de investimentos na área social, na agricultura familiar, nos setores da saúde, da educação, da habitação, além de ter grande número de desempregados. Várias entidades sindicais, populares e organizações não-governamentais de Umuarama se uniram para denunciar a atitude dos 12 vereadores. O Sindicato dos Bancários de Umuarama foi uma das entidades que subscreveram um panfleto distribuído em toda a cidade. Além da despesa desnecessária, o projeto pode aumentar o nepotismo no Legislativo local. O

nepotismo na Câmara de Umuarama é tão escancarado que alguns vereadores assumem publicamente a nomeação de filho, esposa e mãe. Outros assessores, pra permanecerem no cargo, estariam sendo obrigados a "rachar" salários com vereadores. Essas denúncias foram comprovadas por assessores e ex-assessores da Câmara.

A aprovação do projeto deixou a população perplexa e revoltada...

Além disso, a tramitação do referido projeto foi cercada de irregularidades. Por exemplo, foi subscrito apenas pelo presidente da Casa, vereador Inácio Pereira Pinto, e a votação ocorreu em sessão extraordinária, o que contraria o Regimento Interno da Câmara. Além de Inácio, votaram contra a população os vereadores David Penido, Cleuza Franquini, Ana Gonfio, Mara da Saúde, Leninha, Arnaldo Rodrigues, Marcelo Nelli, Luiz Fernando, Newton Soares, Sidmar e Pai Herói. Foram contra o projeto os vereadores Fausto Carneiro, Celso Pozzobom, Cícero Laurentino, Lucilênio Palomo, Sebastião Xavier, Eduardo Mello e Milton Siqueira.

No manifesto distribuído à população, as entidades sindicais e populares de Umuarama pediram à população para que não votem nos 12 vereadores que aprovaram o projeto, caso eles tenham coragem de se candidatar à reeleição em 2004.

PARANAVAI

Seeb faz campanha contra a corrupção

Conscientizar os cidadãos para uma permanente e efetiva vigilância sobre os seus representantes políticos, de forma a dificultar a corrupção política, eleitoral e administrativa, e garantir a boa aplicação do dinheiro público. Esse é o propósito de uma campanha iniciada com sucesso pelo Sindicato dos Bancários de Paranavai. Vale lembrar que ao longo de muitos anos, a corrupção vem deturpando as estruturas sociais, econômicas, culturais e morais da sociedade brasileira. Cada vez que surge um novo escândalo, surgem revelações e CPIs que geralmente terminam sem uma punição rigorosa, com prisão ou recuperação do patrimônio roubado. Atualmente, o Brasil está sendo governado por um presidente que tem passado limpo e que pertence a um partido que tem a confiança da população. Mas ainda há muito que fazer. No Paraná mesmo têm cinco CPIs em andamento na Assembleia Legislativa. Tem ainda os casos de corrupção envolvendo as administrações anteriores em Maringá e Londrina, em que milhões em dinheiro público foram roubados das prefeituras e não devolvidos até o momento.

Para Neil Emídio Junior, diretor do Seeb Paranavai, a sociedade tem que perceber que grande parte do dinheiro público desviado financia campanhas eleitorais. "A corrupção no Brasil só será combatida quando a sociedade perceber que a farra com o dinheiro público retira dinheiro da educação, da saúde, da segurança, do emprego e do desenvolvimento", lembra Neil. O Seeb disponibiliza a cartilha intitulada "O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil", produzida por um grupo de pessoas de Ribeirão Bonito (SP), que traz uma série de orientações aos cidadãos. Para obter mais informações basta entrar em contato com o Sindicato, pelo fone (44) 423-3402 ou acessar o site: www.amaribo.com.br. A iniciativa do Sindicato dos Bancários de Paranavai já conta com apoio de vários conselhos municipais e de outros segmentos populares locais. Vale lembrar que no ano de 2000, os Sindicatos do Pactu tiveram participação ativa na coleta de assinaturas que resultou em projeto de lei de iniciativa popular, aprovado pelo Congresso Nacional, contra a corrupção eleitoral no país.

Campo Mourão

Sindicato impede demissões no Itaú

A atuação do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão foi fundamental para impedir quatro demissões irregulares no Itaú. A entidade, que representa cerca de 320 bancários, não emitiu a homologação de quatro bancários do Itaú que, apesar dos exames pré-demissionais terem apresentado aptidão, seriam demitidos pelo banco.

No episódio, dois funcionários apresentaram traumas psicológicos devido a assalto à mão-armada. Os outros dois não foram homologados pelo sindicato porque o exame pré-demissional constatou a existência de LER. O Seeb Campo Mourão conseguiu fazer com que o banco reintegrasse os quatro bancários ao seu quadro de funcionários.

A presidente do Seeb Campo Mourão, Mirna Loi Labre, alerta aos bancários que estão com este tipo de problema, que exijam do seu Sindicato a não homologação da demissão. "É papel fundamental do Sindicato defender o emprego. É uma pena que algumas entidades que dizem representar os trabalhadores não atuem desta forma", conclui Mirna.

Por outro lado, há suspeita de que o Itaú esteja encaminhando exames pré-demissionais para cidades onde médicos possam estar atuando em favor do banco. No caso suspeito, um funcionário da agência de Iretama, base de Campo Mourão, foi demitido e seu exame pré-demissional foi encaminhado para a cidade de Cascavel.

Apesar das queixas do paciente, o médico assinou o laudo como "apto". O estranho, além do resultado do exame, é que o banco deveria ter encaminhado o exame para Campo Mourão, por estar localizado muito mais próximo de Iretama do que Cascavel.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE C. MOURÃO E REGIÃO

De conformidade com o Estatuto Social o Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região realizou no dia 30 de junho de 2003, a Assembleia para Prestação de Contas e Apreciação do Balanço Financeiro e Patrimonial de 2002 e também Aprovação do Plano Orçamentário para julho de 2003 à julho de 2004.

PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA JULHO/2003 A JULHO/2004

	DÉBITO	CRÉDITO
RECEITAS: Mensalidade Sindical		40.490,92
Outras Receitas (Imposto Sindical, Contr. Assistencial)		20.000,00
Venda/Sede Seeb		
150.000,00		
DESPESAS: Compra Nova Sede/Seeb	70.000,00	
Ordenados e Salários	2.886,60	
Féreas, Gratificações e 13º Salários	470,00	
FGTS/INSS	1.530,49	
Honorários Contábeis	3.082,82	
Serviços de Terceiros	500,00	
Impostos e Taxas	350,00	
Combustíveis e Lubrificantes	3.000,00	
Viagem, Estadia e Diária	5.000,00	
Despesas com Veículos	500,00	
Despesas com Formação	3.500,00	
Despesas com Informação e Divulgação	3.600,00	
Despesas com Dieese, CUT, CNBH FETEC	6.000,00	
Despesas com Correio	200,00	
Despesas com Água, Luz, Telefone e Internet	8.000,00	
Despesas com Material para Escritório	1.200,00	
Despesas com Manut, Consumo, Conserva e Limpeza	1.900,00	
Despesas com Móveis e Utensílios	300,00	
Despesas com Departamento de Esportes	800,00	
Despesas com Pol. Social, Sind., Donativos e Contrib	1.000,00	
Despesas com Departamento Jurídico	500,00	
Despesas com Custas Processuais/Periciais	20.000,00	
Despesas com Assessoria Jurídica	5.657,28	
Despesas Com Seguros	1.800,00	
Reservas	68.713,73	
TOTAL DE RECEITAS:		210.490,92
TOTAL DE DESPESAS:		210.490,92

Mirna Loi Labre
Presidente

Sônia J. M. Lasta
Tessouriera

Conselho Fiscal:
Lauri Faustino Ribeiro
Ariete Regina Nickenig
Augusto Klank Junior

UMUARAMA

Sindicato dos Bancários realiza campanha do agasalho em Umuarama

O Sindicato dos Bancários de Umuarama, atendendo apelo de vários bancários e bancárias da cidade, está realizando pela primeira vez uma Campanha de Agasalhos e de Calçados. A campanha teve início no último dia 8 de julho e encerra-se no dia 8 de agosto. Todas as agências bancárias de Umuarama aderiram à campanha e autorizaram que o Sindicato colocasse em suas dependências uma caixa para receber os donativos.

Vale lembrar que o lançamento da campanha foi discutido numa reunião entre o Sindicato e gerentes das agências locais. Participam da campanha, inclusive, o Banco do Brasil, que já tinha campanha em andamento, e o Unibanco, que já possui uma campanha institucional própria. Em parceria com o Sindicato, nesta campanha está também o Conselho Municipal de Assistência Social. É este conselho, que ao final da campanha, fará a distribuição dos agasalhos e calçados recebidos em doação. O Conselho Municipal de Assistência Social tem composição paritária, sendo

50% do poder público e a outra metade da sociedade civil e é ele que tem a responsabilidade de elaborar políticas locais para atender as famílias carentes. Esse Conselho tem diagnóstico preciso das entidades e bairros onde se concentram as pessoas com maior necessidade e é por isso que recebeu a tarefa de fazer a distribuição dos donativos. A diretoria do Sindicato dos Bancários solicita a todos os bancários e bancárias de Umuarama que, na medida do possível, sem prejuízo dos serviços, divulguem a campanha junto a clientes e usuários e recebam com carinho as doações.

O Sindicato dos Bancários de Umuarama sempre priorizou ações de caráter transformador, como a participação em Conselhos Municipais e a mobilização. No entanto, não é insensível às necessidades mais imediatas dos que têm pouco ou nenhum poder aquisitivo. Além disso, a direção do Sindicato sente-se lisonjeada com o fato de os bancários confiarem a organização da campanha à sua entidade de representação.

Saúde pública virou sucata no governo Lerner

A Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão atende 1.700 exames e 10.488 consultas/mês. Mas precisa de ajuda da comunidade



Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão

A herança deixada para o atual governo na área da saúde pública não é nada boa e vai exigir empenho e

muito dinheiro para garantir à população paranaense um atendimento rápido, digno e eficiente, conforme tanto prometeram o go-

vernador Requião e o presidente Lula. Diariamente, os moradores de pequenas e grandes cidades do Paraná, que necessitam de atendimento médico, sofrem as consequências do desgoverno que reinou nos últimos anos no Estado.

Nos últimos três anos de governo Jaime Lerner, a situação foi pior, pois não houve a aplicação, na saúde, dos percentuais definidos pela Constituição Federal, que vincula os gastos dos três níveis de governo para a saúde da população. A constatação faz parte de um estudo realizado pelo ex-presidente do Cosems/PR (Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná) e secretário de Saúde

de Londrina, Silvio Fernandes da Silva. Segundo ele, enquanto a Emenda Constitucional 92 preconiza gastos de 7% do orçamento para o ano de 2000, o Paraná investiu apenas 5,51%. A redução foi de R\$ 55 milhões. Em 2001, apesar de um pequeno aumento no montante investido, ainda ficou abaixo do que estabelece a emenda, já que houve um déficit de R\$ 18 milhões. Silvio Fernandes afirma que além do Estado não ter vinculado os percentuais mínimos com a saúde nos últimos anos, foram computadas para efeito de gastos com a saúde despesas que não são do setor, como, por exemplo, gastos com o Instituto Médico Legal, Complexo Médico Penal, Hos-

pital Militar, distribuição de cestas básicas, manutenção de escolas e clínicas especializadas, departamento de fiscalização, poços artesianos, drenagem de aterros, recuperação de áreas degradadas e até saneamento básico.

Pelos estudos, se forem retiradas as despesas que não são inerentes à saúde, o Paraná gastou 2,99%, 2,65% e 3,66%, respectivamente nos anos de 1999, 2000 e 2001. Se for levado em conta o que estabelece a emenda constitucional com os gastos efetivos com ações e serviços de saúde, o Paraná deixou de investir R\$ 44 milhões em saúde, nos últimos três anos.

SANTAS CASAS EM CRISE

Essa situação explica a crise aguda que ronda a maioria das santas casas e demais hospitais públicos do Paraná. Os 85 hospitais filantrópicos do Estado, entre eles 36 santas casas, fecharam 1.070 leitos desde 1999. A redução na oferta é o principal reflexo da crise enfrentada por essas instituições, que acumulam cerca de R\$ 146 milhões em dívidas com fornecedores, funcionários, bancos e encargos sociais, segundo informou a diretora da Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Beneficentes do Paraná (Femipa), Rosita Márcia Wilner. Segundo ela, o principal motivo é a falta de reajustes nos valores dos procedimentos médicos pagos pelo SUS, que representam a maior parte do atendimento prestado à população.

PARANAVAÍ

Na base do Pactu, há problemas crônicos envolvendo a saúde pública. Em Paranavaí, por exemplo, a população enfrenta dificuldades para conseguir internamentos nos hospitais, principalmente se o paciente for oriundo do pronto-atendimento municipal ou dos postos de saúde da Prefeitura. Outra irregularidade é o sistema de agendamento de consultas na área de especialidades médicas. Em alguns casos, o paciente é obrigado a esperar mais de mês pelo atendimento. Mas há denúncias de que alguns políticos ligados à administração municipal conseguem facilmente furar a fila para atender seus eleitores.

UMUARAMA

Em Umuarama o problema é a falta de consultas nos postos de saúde e o péssimo atendimento em algumas unidades. Em alguns bairros, a Secretaria Municipal da Saúde adotou o sistema de agendamento de consultas, o que limita o atendimento. Em outros bairros o paciente é obrigado a enfrentar fila desde o início da madrugada. A população não está satisfeita com o atendimento. Para a presidente do Conselho Municipal de Saúde, Giltrudes Aparecida de Freitas, os problemas são variados: falta políticas preventivas, não existem ações intersetoriais (emprego, moradia, educação e lazer, por exemplo), que acabam afetando a saúde da população, a qualidade do atendimento na saúde pública é muito baixa, principalmente porque a maioria dos profissionais não ouve e não conversa com pacientes, o que acaba gerando novas consultas médicas e a própria Secretaria Municipal da Saúde não segue todas as deliberações do Conselho. Tudo isto, segundo Giltrudes, só vai mudar quando a população se conscientizar dos seus direitos e exigir do poder público que cumpra com o seu dever. Exemplo de bom atendimento público em Umuarama é do Consórcio Intermunicipal de Saúde (Cisa), que atende mais de 20 municípios da região. Nesse órgão a situação é diferente. Não há fila de espera, inclusive nas especialidades médicas. Nos últimos meses o atendimento tem sido melhorado e as pessoas que chegam diariamente da região recebem até mesmo café da manhã. O Cisa também tem estrutura para realizar quase a totalidade dos exames solicitados, desde os de laboratório até ultrasonografia e raio X.

CAMPO MOURÃO

A Santa Casa de Campo Mourão é a maior e o mais bem equipado hospital filantrópico do Oeste do Estado. Atende 25 municípios que compõem a COMCAM (Comunidade dos Municípios de Campo Mourão) e realiza em média de 1.700 exames/mês e 10.488 consultas/mês. O centro cirúrgico tem capacidade para realizar até 150 cirurgias por mês, sendo que as internações passaram de 96 para 685 por mês, com 130 leitos destinados a atender pacientes do SUS. Segundo a vice-tesoureira da Santa Casa de Campo Mourão, Nivalda Sguissardi Roy, a dívida do hospital chega a R\$ 300 mil. Atualmente, a Diretoria vem encaminhando várias propostas em busca de recursos, entre elas uma campanha lançada no dia 28 de maio, que visa arrecadar verbas para manter funcionando a Santa Casa. A comunidade pode fazer doações através da conta de luz, em valores que vão de R\$ 2,00 a R\$ 150,00. Para isso deve preencher a autorização de débito e encaminhar para o Sindicato dos Bancários de Campo Mourão. A Diretoria da Santa Casa se compromete a, bimestralmente, prestar contas dos recursos recebidos. Vale lembrar que Campo Mourão estará realizando a sua Conferência Municipal de Saúde, no próximo dia 24 de agosto, nas dependências do Sesc local. O tema será "Saúde: um direito de todos e dever do Estado - A saúde que temos, o SUS que queremos". O Sindicato dos Bancários de Campo Mourão estará participando e organizando o evento, uma vez que atualmente tem dois representantes no Conselho Municipal da Saúde: Nivalda Roy (presidente do Conselho) e Claudinei Gomes da Silva (suplente).

Saúde é um direito de todos e um dever do Estado

O fortalecimento do SUS foi uma promessa feita pelo presidente Lula. O compromisso é de estreitar o relacionamento com os conselhos estaduais e municipais de saúde. Esses conselhos são fundamentais na fiscalização sobre o uso dos recursos públicos, pois se a União enviar o dinheiro e o estado ou a prefeitura não investirem, de nada vai adiantar. Para tanto, foi criada a Secretaria de Gestão Participativa. Já é um bom começo. Essa secretaria, entre outros objetivos, vai

reforçar a importância desses conselhos e tornar mais transparente o financiamento das atividades do SUS.

Todos os cidadãos podem ajudar a fiscalizar a aplicação dos recursos e denunciar quando o atendimento público de saúde não for compatível com a sua necessidade ou da sua família. Qualquer denúncia pode ser encaminhada ao Conselho Municipal da Saúde ou diretamente ao Ministério Público.